



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021**

**ÓRGÃO DEMANDANTE: Município de Gararu/SE – Secretaria Municipal de Assistência Social**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 36/2026**

**1. OBJETO**

**1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO CESTAS BÁSICAS** que serão distribuídas às famílias carentes em atendimento e/ou acompanhados pelos serviços socioassistenciais, que no momento precisam ser atendidas por Benefícios Eventuais – Auxílio Alimentação de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Gararu-SE, conforme as especificações mínimas, quantitativos e demais condições constantes neste Termo de Referência.

**2. DA PADRONIZAÇÃO**

2.1. A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

**3. DA NATUREZA DO OBJETO**

3.1. O objeto tem natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND	QTD
01	<b>CESTA BÁSICA ACONDICIONADOS EM SACOLA PLÁSTICA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 02 KG DE ARROZ PARBOLIZADO</li><li>• 02 KG DE FEIJÃO CARIOCA</li><li>• 02 PACOTES DE FARINHA DE MANDIOCA DE 1KG</li><li>• 02 PACOTES DE CAFÉ MOÍDO 250G</li><li>• 02 KG DE AÇÚCAR CRISTAL</li><li>• 01 EMBALAGEM DE OLEO DE SOJA 900ML</li><li>• 02 PACOTES DE MACARRÃO ESPAGUETE 500G</li><li>• 01 PACOTE DE BISCOITO CREAM CRACKER</li><li>• 01 PACOTE DE BISCOITO DOCE TIPO MARIA</li></ul>	UND	1.500



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• 02 PACOTES DE FARINHA DE MILHO FLOCADA COM 500G</li><li>• 02 PACOTES DE LEITE EM PÓ INTEGRAL DE 200G</li><li>• 01 EMBALAGEM DE MARGARINA VEGETAL DE 500G</li><li>• 01 DÚZIA DE OVOS DE GALINHA TIPO A.</li></ul>		
--	--	--	--

## **5. PRAZO DE VIGÊNCIA**

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

## **6. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Considerando que o direito a alimentação é inerente a pessoa humana, sendo essencial para o seu desenvolvimento saudável.

6.2. Considerando que os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

6.3. Segundo a lei municipal o auxílio cesta básica constitui-se em uma prestação temporária em alimentos para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas das famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar.

6.4. Considerando que a distribuição de cesta básica, tem o objetivo de assistir as famílias em vulnerabilidade e carência alimentar, através da distribuição de cestas de alimentos.

6.5. É importante salientar que o programa é essencial, para suprir as necessidades básicas das famílias assistidas garantindo assim a segurança alimentar e nutricional previsto na constituição.

6.6. Para tanto será necessário a aquisição de cestas básicas de alimentos para dar continuidade ao programa e também para atender de forma emergencial, famílias em situação de insegurança alimentar através do benefício eventual.

6.7. A contratação da empresa por meio de processo licitatório se faz imprescindível, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, para assegurar que a execução aconteça de forma eficiente.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

7.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, por meio de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de cestas básicas completas, devidamente montadas, embaladas e prontas para distribuição, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais do Município de Gararu-SE.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

7.2. A contratação tem como finalidade assegurar a concessão de Benefícios Eventuais – Auxílio Alimentação, executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, visando atender famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade econômica, conforme avaliação e acompanhamento realizados pela equipe técnica da assistência social do município.

7.3. As cestas básicas deverão conter gêneros alimentícios essenciais, em quantidades e especificações previamente definidas pela Administração Pública, garantindo qualidade adequada para consumo, padronização dos itens fornecidos e atendimento digno às necessidades alimentares das famílias beneficiárias.

7.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, proporcionando maior controle dos quantitativos, melhor planejamento administrativo e utilização eficiente dos recursos públicos.

7.5. A solução escolhida também busca proporcionar maior agilidade na distribuição das cestas básicas, redução das atividades operacionais relacionadas ao armazenamento e montagem dos itens pela Secretaria Municipal de Assistência Social, além de otimizar a logística de entrega e fiscalização contratual.

7.6. Além disso, o fornecimento das cestas básicas já montadas contribui para maior eficiência na execução das ações socioassistenciais, garantindo rapidez no atendimento das demandas emergenciais, melhor organização administrativa e continuidade na oferta do Benefício Eventual – Auxílio Alimentação às famílias em situação de vulnerabilidade social.

7.7. Dessa forma, a solução adotada atende ao interesse público e observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

8.2. O objeto a ser contratado se enquadram como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

8.3. A contratada possibilitará a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos alocados aos seus contratos.

8.4. Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados no Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

8.5. Os produtos devem ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas de forma tecnicamente correta;

**8.6. Sustentabilidade**

8.6.1. Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

**8.7. Subcontratação**

8.7.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

**8.8. Garantia da contratação**

8.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de uma aquisição de bens via Sistema de Registro de Preços.

**8.9. Garantia do produto**

8.9.1. O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. Os produtos deveram ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, de acordo com a necessidade da secretaria competente.

9.2. O prazo máximo é de até **05 (cinco) dias**, após o recebimento da ordem de fornecimento expedida pela Secretaria requisitante, onde irá determinar o local e horário.

9.3. Todos os itens serão conferidos, por funcionários indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Gararu - Sergipe.

9.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **05 (cinco) dias** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10. MODELO E GESTÃO DO CONTRATO**

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**PRAÇA PREFEITO NELSON RESENDE DE ALBUQUERQUE, S/N – CENTRO – CEP: 49.830-000 – GARARU – SERGIPE**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **11. FISCALIZAÇÃO**

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.2. Fica designado os servidores:

**GESTORA DO CONTRATO: BRUNA MANOELA DOS SANTOS PEREIRA**

**CPF: 044.357.\*\*\*-\*\***

**FISCAL: TATIANE REGINA BRITO DE CARVALHO**

**CPF: 030.716. \*\*\*-\*\***

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação (Art. 7º da IN 77/2022).

A) O prazo de liquidação será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal. (Art. 7º da IN 77/2022).

B) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

C) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

D) O CONTRATANTE deverá realizar consulta para verificar as condições de habilitação exigidas.

E) Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

F) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da

**PRAÇA PREFEITO NELSON RESENDE DE ALBUQUERQUE, S/N – CENTRO – CEP: 49.830-000 – GARARU –  
SERGIPE**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

G) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

H) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

J) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

K) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

L) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

M) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA para correção monetária.

### **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob a forma **REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço tendo em vista ser este o mais viável para o município

#### **13.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA – Pessoa Jurídica**

13.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

13.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

13.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**PRAÇA PREFEITO NELSON RESENDE DE ALBUQUERQUE, S/N – CENTRO – CEP: 49.830-000 – GARARU – SERGIPE**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

13.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13.3. DA REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA**

13.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), através do respectivo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;

13.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro do exercício;

13.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social, com a apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Seguridade Social;

13.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;

13.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

13.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR).

13.3.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.3.9. Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

#### **13.4. DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

13.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho do fornecimento, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame, através de 1 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, carimbado em papel timbrado do órgão tomador;

13.4.2. Certificado ou Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante;

#### **13.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.5.1. Certidão Cível, negativa quanto a processos de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. A Contratada compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido no Termo de Referência;

14.2. A Contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante;

14.3. A Contratada será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

14.4. A Contratada será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a Contratante de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;

14.5. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a Contratante e os empregados da Contratada;

14.6. A Contratada se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere a Contratante à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

14.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante;

14.8. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da Contratante, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Contratante;

14.9. Acatar todas as orientações da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

14.10. Manter durante o fornecimento do objeto do Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.11. Executar os serviços solicitados neste termo de primeira qualidade;

14.12. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do serviço e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

14.13. Cumprir os horários de entrega do objeto deste Termo de Referência estabelecidos pela CONTRATANTE.

**15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, do fornecimento dos produtos;

15.2. Acompanhar e fiscalizar o andamento do fornecimento dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

15.3. Rejeitar, os produtos que estiverem em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

15.4. Notificar por escrito à contratada, ocorrência de eventuais ausências, não cumprimento das atividades, fixando prazo para a sua correção;

15.5. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;

15.6. Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

**16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

16.1. Da Metodologia aplicada à pesquisa de preços

16.1.1 A metodologia utilizada pelo setor de compras, na realização das pesquisas de preços teve como orientação os critérios elencados na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Esta serve como orientação para as boas práticas administrativas, vejamos:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

16.1.2. Nesse contexto, em conformidade com o art. 6º da IN 65/2021, foram utilizadas como metodologia para obtenção do preço estimado para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, e que o cálculo incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

16.2. Relatório de Cotação gerado pelo Banco de Preço no dia 27/05/2026 em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de julho de 2021 (Lei n° 14.133).

16.2.1. A previsão da despesa com o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, está registrada no Processo Administrativo. O qual será divulgado ao iniciar a Fase de Lances para análise e aceitação ou não das melhores ofertas, em conformidade com o Art. 24 da Lei Federal n° 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	<b>CESTA BÁSICA ACONDICIONADOS EM SACOLA PLÁSTICA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 02 KG DE ARROZ PARBOLIZADO</li><li>• 02 KG DE FEIJÃO CARIOCA</li><li>• 02 PACOTES DE FARINHA DE MANDIOCA DE 1KG</li><li>• 02 PACOTES DE CAFÉ MOÍDO 250G</li><li>• 02 KG DE AÇÚCAR CRISTAL</li><li>• 01 EMBALAGEM DE OLEO DE SOJA 900ML</li><li>• 02 PACOTES DE MACARRÃO ESPAGUETE 500G</li><li>• 01 PACOTE DE BISCOITO CREAM CRACKER</li><li>• 01 PACOTE DE BISCOITO DOCE TIPO MARIA</li><li>• 02 PACOTES DE FARINHA DE MILHO FLOCADA COM 500G</li></ul>	UND	1.125		



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• 02 PACOTES DE LEITE EM PÓ INTEGRAL DE 200G</li><li>• 01 EMBALAGEM DE MARGARINA VEGETAL DE 500G</li><li>• 01 DÚZIA DE OVOS DE GALINHA TIPO A.</li></ul>				
02	<b>CESTA BÁSICA ACONDICIONADOS EM SACOLA PLÁSTICA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 02 KG DE ARROZ PARBOLIZADO</li><li>• 02 KG DE FEIJÃO CARIOCA</li><li>• 02 PACOTES DE FARINHA DE MANDIOCA DE 1KG</li><li>• 02 PACOTES DE CAFÉ MOÍDO 250G</li><li>• 02 KG DE AÇÚCAR CRISTAL</li><li>• 01 EMBALAGEM DE OLEO DE SOJA 900ML</li><li>• 02 PACOTES DE MACARRÃO ESPAGUETE 500G</li><li>• 01 PACOTE DE BISCOITO CREAM CRACKER</li><li>• 01 PACOTE DE BISCOITO DOCE TIPO MARIA</li><li>• 02 PACOTES DE FARINHA DE MILHO FLOCADA COM 500G</li><li>• 02 PACOTES DE LEITE EM PÓ INTEGRAL DE 200G</li><li>• 01 EMBALAGEM DE MARGARINA VEGETAL DE 500G</li><li>• 01 DÚZIA DE OVOS DE GALINHA TIPO A.</li></ul> <b>(COTA DE 25%)</b>	UND	375		

16.2.2. O custo estimado da necessidade é de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX)**.

16.3. No **Item 01** poderão participar todos os tipos de Empresas;

16.4. No **Item 02** foi estabelecida a cota de **25% (Vinte e Cinco por cento)** do objeto para a contratação de pessoas jurídicas localizadas na **REGIÃO** estabelecida no Art. 18, Inciso II do Decreto **PRAÇA PREFEITO NELSON RESENDE DE ALBUQUERQUE, S/N – CENTRO – CEP: 49.830-000 – GARARU – SERGIPE**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GARARU  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO**

Municipal nº 112 de 27 de Novembro de 2024, enquadradas como **MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

## **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no **Orçamento Programa da Entidade e Órgão participante**, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato, a cargo da entidade contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos com dotação suficiente.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. A presente contratação, que visa o Registro de Preços para futura, eventual aquisição de CESTAS BÁSICAS para atender a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social do Município Gararu/SE, foi elaborada em conformidade com as legislações aplicáveis, de forma a garantir eficiência, economicidade e o devido atendimento às necessidades das secretarias.

Gararu/SE, 29 de maio de 2026.

---

**MARIANA DOS SANTOS ROCHA  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

---

**WESLEY EVANGELISTA FERREIRA  
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICA**